

“AS CONDIÇÕES QUE PROFETIZAM O PORVIR DESTE PAÍS”: O EQUILÍBRIO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

RAPHAEL SILVA FAGUNDES*

RESUMO

O artigo em questão procura analisar a retórica desenvolvida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre as décadas de 1840 e 1850, para a consolidação, em termos discursivos, de um projeto de nação que se aproximasse da política de centralização monárquica iniciada nos finais da década de 1830. Para forjar tal modelo de identidade nacional foi preciso investir na destreza retórica dos letrados da associação de tal forma que fosse possível equilibrar aspectos tradicionais, reconhecidos pelo grande público, com aspectos modernos, como o próprio conceito de nação. Desta maneira, antigos termos, como Providência, profecia etc. misturavam-se aos novos trazidos pela modernidade, como progresso, ciência e civilização, compondo, assim, os argumentos legitimadores desse projeto nacional que visava colocar o Império no rol das nações civilizadas da época.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade nacional; retórica; modernidade; IHGB

ABSTRACT

The article in question seeks to analyze the rhetoric developed by the members of the IHGB, between the 1840s and 1850s, for the consolidation, in discursive terms, of a project of nation that approached the monarchical centralization policy initiated in the end of the 1830s. In order to forge such a model of national identity, it was necessary to invest in the rhetorical dexterity of association scholars in such a way that it was possible to balance traditional aspects recognized by the general public with modern aspects such as the concept of nation itself. In this way, old terms, like Providence, prophecy, etc. were mixed with the new ones brought by modernity, like progress, science and civilization, thus composing the legitimizing arguments of this national project that aimed to place the Empire in the role of the civilized nations of that time.

KEYWORDS: National identity; rhetoric; modernity; IHGB

* Doutorando e mestre em História Política no Programa de Pós-Graduação da UERJ.
E-mail: raphaelsfagundes@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, vigorou um discurso acerca da identidade nacional que se baseava na conciliação entre tradição e modernidade. Ele foi obra dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Da tradição, os eruditos que compunham a associação carioca fundada em 1838, com o objetivo de coligir, metodizar, arquivar e publicar documentos para a escrita da história do Brasil, aproveitou-se dos elementos religiosos que davam sentido às noções de Providência, profecia e sagrado. Já da modernidade, os sócios apoiaram-se nos conceitos de nação, progresso e civilização. Neste texto, buscaremos analisar como esses conceitos foram usados para descrever a história do Brasil nos discursos e relatórios proferidos nas sessões magnas de aniversário do IHGB.

Esses conceitos pretendiam alcançar dois objetivos: sacralizar a nação, o imperador e a missão dos membros do Instituto Histórico; e associar o Império ao que havia de mais moderno na época, em termos de arte, letras e ciências, por meio de argumentos que comprovassem que a presença de uma instituição como o IHGB era imprescindível para o progresso do país. Para tal os membros adotaram estratégias retóricas que equilibravam, em dosagens adequadas, os aspectos religiosos tradicionais e a visão moderna de mundo pautada no progresso e ciência.

Administrado pela filosofia do ecletismo que buscava a assimilação da “ciência moderna sem contradizer a fé” (DOMINGUES, 1997: 207), o tradicional e o moderno caminhavam juntos. Antonio Paim mostra que essa corrente filosófica, inspirada em Victor Cousin, urgia “conciliar o anseio de modernidade com as peculiaridades da situação brasileira”. Ela permitiu “conciliar o liberalismo com os institutos tradicionais”. Contudo, o ecletismo se serviu da retórica para se concretizar. O próprio Cousin era “mais orador que filósofo” e seu maior representante em terras luso-brasileiras, Silvestre Pinheiro, buscava relacionar a mentalidade científica moderna com Aristóteles. (PAIM, 1974: p. 204-211). De acordo com Paim “a própria vitória da conciliação no plano político, durante o Segundo Reinado, é atribuída ao estado do espírito que se identificava com o ecletismo” (PAIM, 1974: 236).

Ao abordar a retórica como chave de leitura, o conceito de “estética da recepção”, desenvolvido por Hans Robert Jauss, nos ajudará a detectar a presença de uma experiência receptiva a qual o discurso deve sempre se adequar, entrando em sintonia com um determinado mundo de significados. O sentido que um discurso

adquire depende dessa experiência estética receptiva dos grupos, na qual, o que está em jogo, é uma dinâmica produção/recepção. Segundo Jauss, uma obra literária não se apresenta como um novo absoluto que surgiu em um deserto de informação, mas sim parte de um conjunto de sinais de características já familiarizadas, ou seja, seu público estará predisposto a um determinado modo de recepção. Deste modo, a recepção de um texto pressupõe sempre o contexto vivido da percepção estética (JAUSS, 1978: 55-56). É desta maneira que a tradição e a modernidade se manifestavam no discurso.

Portanto, entendemos que a retórica desenvolvida ao redor dessa identidade nacional foi administrada pelo o que Eric Hobsbawm chamou de “tradições inventadas”. Quando um evento exige uma nova avaliação de si, a estrutura deve ser reavaliada. As tradições inventadas aparecem neste instante, estabelecendo uma continuidade artificial com o passado, de natureza ritual ou simbólica. Em situações novas, elas assumem a forma de referência a situações anteriores para legitimar os interesses defendidos em questão. Hobsbawm é enfático quando afirma que “houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins” (HOBSBAWM, 1997: 13). Tais tradições, não obstante, servem para tornar o impacto das mudanças menos chocantes e traumáticas. “Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais – religião e pompa principesca...” (HOBSBAWM, 1997: 14).

Portanto, é possível afirmar que *o discurso elaborado para “inventar tradições” (lê-se aqui o empenho das elites culturais em forjar a identidade nacional) é em si uma tradição inventada*. Ou seja, no caso brasileiro, não só a nação foi uma tradição inventada, mas o discurso desenvolvido para descrevê-la também o foi. Nesse sentido, a adoção de um certo modelo discursivo pode ser tomado como um procedimento intencional e consciente, conivente ao projeto nacional em voga. Os eruditos, por sua vez, usavam *topos* tradicionais ao lado de *topos* modernos em sua estrutura linguística para estabelecer uma continuidade que possibilitava um enredo consoante com a estética receptiva que se impôs desde os tempos coloniais.

PARADOXOS INSENSATOS, QUE PROVOCAM RISOS

Anunciar-se como um profeta seria motivo de risadas. Tanto que o padre Antonio Vieira, fonte de grande inspiração para a eloquência nacional, era criticado por exagerar em seus prognósticos. Na biografia escrita por José Inácio Roquete na Revista do Instituto publicada em 1844, elogia-se as Cartas do padre inaciano: “são modelos de estilo epistolar e não se encontram nelas aqueles defeitos tão frequentes nos sermões de que tanto adoecia o seu século”. Muito similar ao que pensava Verney que dizia serem as epístolas “as melhores obras do dito Religioso” (VERNEY, 1965: 46). Após elogiar a habilidade retórica de Vieira, Roquete classifica os defeitos:

Os Sermões lidos hoje não produzem o mesmo efeito que produziam pregados pelo autor. [...] Não se propõe Vieira de ordinária mais que agudas extravagâncias, paradoxos insensatos, que provocam riso, se não é que a indignação. Abusa muito frequentemente das Sagradas Escrituras para comprovar empresas ridículas; emprega sem crítica as sentenças dos expositores; excede os limites da liberdade evangélica, degenerando muitas vezes em descomedimento repreensível; e sendo que pregou tantos Sermões de Santos, não nos deixou um só panegírico. Estes defeitos, que são assaz para lamentar, eram em parte devidos ao mau gosto de seu século e de seus ouvintes, e em partes filhos das circunstâncias tão variadas da sua vida. Vieira adoecia muito de amor a si próprio, e da pretensão de ler no futuro (ROQUETE, 1973: 251-252).

A palavra continuava, no entanto, sem o sentido sagrado de outrora. Parecia ser usada ironicamente, como um tropo do discurso para atribuir um determinado *glamour* à fala: “não faltaram cétricos que alcunhassem de presunçoso e temerário arrojo ideia tão luminosa; profetizando que um estabelecimento literário desta ordem não havia de medrar na terra de Santa Cruz, como planta fora da sua zona” (VIANNA, 1973: 2). O termo “luminosa”, referindo-se à ideia de fundar o IHGB, é uma contraposição direta ao termo “profetizando”, mostrando que as críticas são incabíveis, baseadas em crenças limitadas e até retrógradas. Por conseguinte, já a ideia de fundação do IHGB, seria algo consciente, típico da época iluminista.

A pátria passou a ter um Evangelho próprio cujo principal pregador seria o imperador, a Igreja o IHGB e a pregação o patriotismo. A imagem do profeta reaparece um tanto quanto turva de um lado, mas por outro, é substituída pela do poeta que fala à

pátria. Afirma-se que a voz do poeta “é um cântico e não uma nênia profética pendente da catástrofe”. Manuel de Araújo Porto-Alegre, orador oficial do Instituto, chama os céticos do progresso do IHGB, ou seja, os que desacreditavam no progresso da pátria, de “profetas da obscuridade” (PORTO-ALEGRE, 1973: 62).

Cabe lembrar que a incompatibilidade de uma posição é uma importante estratégia argumentativa. Pois, dizer que o IHGB não daria certo era uma afirmação inconciliável com a realidade e com as necessidades do país, já que uma nação que se pretendia dedicar-se ao progresso não poderia descartar a presença de uma instituição tão útil como esta. Portanto, ressaltar a incoerência do discurso adversário era um subterfúgio importante para o orador (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 274).

Nos anos de 1850, esse argumento ganhava ainda mais força, pois o progresso do Instituto acompanhava a consolidação do Estado imperial. Os partidos, esgotados com as lutas prolongadas, procuravam o ecletismo para alcançar, definitivamente, a conciliação. Um “arranjo ou acordo da classe dominante, senhora da política, sem consulta ou apoio do povo, um pouco até contra ele” (IGLÉSIAS, 1997: 56). Esse período se desenrolou de 1848, segundo o marquês de Olinda, até 1860, de acordo com o discurso do senador Nabuco de Araújo em 1864. No entanto, seu apogeu se deu entre 1853 e 1858 (IGLÉSIAS, 1997: 69-70). O progresso do Instituto combinava-se à concretização do projeto político centralizador, uma comprovação visível de que o caminho das letras e ciências estava sendo trilhado corretamente.

Sendo assim, são das profecias feitas por “pseudo-profetas”, e do “mau grado” deles que vinham as “forças para [o] desempenho das obrigações a que se submetera, tem progredido, e hoje celebra a décima sexta sessão aniversária de sua inauguração” (VIANNA, 1973: 2). Enfim, da depreciação ao instituto surgiram os argumentos para comprovar o progresso da instituição que, por sua vez, superava a imaginação retrógrada de seus opositores.

Contudo, a permanência do *topos* “profecia” dava mais simbolismo à fala, já que era de uso comum na cultura letrada herdada de séculos anteriores. Não há como negar que determinados vocábulos faziam parte da estética receptiva. Por isso, o termo “profecia”, por exemplo, aparece de forma contundente no discurso de Cândido José Araújo Vianna, presidente da associação em 1856:

Para apadrinhar a profecia que tenho [da prosperidade próxima da associação], senhores, diante dos olhos a poderosa mão protetora e

benfazeja que prodigaliza incessantes favores ao Instituto, e lhe acena para a alcantilada e espinhosa senda do dever, iluminada todavia pelo facho da glória, e suavizada com a esperança da recompensa (VIANNA, 1898: 106).

Ele diz fazer uma profecia, mas não cria a imagem de um profeta. A profecia no tempo de Vieira, por exemplo, era a confirmação de uma passagem bíblica ou lendária, já no período em que Cândido Vianna pronunciava suas palavras, já não existia mais um embasamento nas antigas escrituras (pelo menos na estrutura argumentativa), somente na proteção do imperador D. Pedro II.

Joaquim Manoel de Macedo, no seu relatório de 1854, após narrar todo o processo histórico que desembocou na Independência do Brasil, concebia o retorno como algo inadmissível: “tinham-se trocado os papéis entre a colônia e a metrópole; e a colônia que se tornara reino, não consentiria mais em humilhar-se de novo”. Trata-se de uma questão irreversível, pois após a chegada da Família Real na colônia “o Brasil havia já provado o néctar da majestade em uma taça real” (MACEDO, 1973: 6). O primeiro secretário também mostra que a Independência havia sido profetizada pelo próprio rei D. João VI:

a sabedoria do rei o previu, e quando novos e extraordinários acontecimentos o forçaram a voltar a Portugal, o Sr. Dom Pedro, que havia de ser primeiro imperador do Brasil, ouviu nas últimas despedidas de seu pai a profecia da nossa independência (MACEDO, 1973: 6).

A profecia torna-se uma estratégia linguística útil capaz de provocar um efeito extravagante nas palavras emitidas. Nesta situação, a evidência fica para a continuidade da monarquia como algo natural. Não são as profecias dos santos encontradas na bíblia que servirão de argumento, como era praxe na oratória barroca, mas a dos que, no passado, estavam consoantes com o projeto político defendido pelo Instituto.

Sendo assim, os membros do IHGB também eram capazes de fazer “profecias”. Basta dizer que Joaquim Norberto da Silva e Souza, já nos últimos anos do Império, anunciava: “o período que se seguiu a proteção imperial foi também período glorioso para as letras pátrias, como profetizara o sábio Marquez de Sapucaí” (SOUZA, 1886: 495). Norberto se refere a um período histórico que comprova a eficácia da monarquia para o progresso do conhecimento. O ideal de profecia, por sua vez, atribuía apenas um teor sagrado aos fatos, no entanto,

nenhuma profecia bíblica serviu de base.

Por mais que tenha havido mudanças epistemológicas entre a era pré-moderna, na qual o Brasil se encontrava sob o jugo português, e o século XIX, a necessidade de legitimar o poder por meio da comprovação de um futuro próspero era a mesma. No entanto, alguns termos adquirem um novo significado na composição do argumento, sendo, obrigatoriamente, submetidos ao ideal de progresso e ao domínio da História. Todavia, alguns termos insistiram em permanecer devido a questões estéticas.

Willard Van Orman Quine, filósofo da linguagem, nos ajuda a compreender a permanência de certos *topoi* no mundo moderno. Quando abordamos a perspectiva de Hobsbawm, observamos os motivos políticos e culturais pelos quais determinados termos insistiram em permanecer em contextos adversos. Mas, por seu turno, Quine constata este fenômeno destacando especificamente a linguagem, o sentido que ela adquire em situações estimulantes. Chama de “familiaridade de princípios” “quando cogitamos como ‘explicar’ novas questões por meio de velhas leis”, ou quando “‘observações inesperadas’ nos incitam a revisar uma velha teoria” (QUINE, 2010: 44).

Essas questões nos leva ao conceito cunhado por Quentin Skinner, *rethorical redescription*. O autor ao analisar um tipo de mudança conceitual específico, “a mudança de tipo retórico”, destaca que essas “mudanças surgem sempre em que uma ação ou uma situação são descritas através de um termo analítico que não seria utilizado, em princípio, em tais circunstâncias”. O objetivo é “persuadir uma audiência de que, apesar das aparências, o termo é adequado e pode ser aplicado” (SKINNER, 2002: 254-255). Para Skinner, o resultado disso é fazer com que as pessoas enxerguem o fato à luz de uma nova moral. Deste modo, para cada termo analítico haverá um significado padrão ou legítimo. E como veremos, o conceito de nação será padronizado e legitimado como uma forma específica de encarar o passado, enquadrando-o nos interesses político de um dado momento.

Assim, além do vocábulo “profecia”, outros termos são “renovados”, como, por exemplo, as expressões “roda da fortuna” ou “história mestra da vida” que aparecem como familiaridade de princípios, já que seu sentido original não é mais conivente com o mundo em questão. A noção cíclica do tempo é resgatada: “a volúvel roda do tempo nos tem feito sentir a perda de sócios ilustres” (BELLEGARDE, 1916: 604). O mesmo acontece quando se tratou da homenagem ao Sr. Conselheiro José de Resende Costa, que

participou da Inconfidência Mineira. Depois do exílio “quando voltou a roda da fortuna, veio ele para esta corte...” (SIQUEIRA, 1841: 540) Quanto à história como “mestra da vida”, Januário da Cunha Barbosa enfatizou: “testemunha dos tempos, luz da verdade, ela abunda de elementos necessários a nossa civilização, e à prosperidade do Estado: mestra da vida, oferece exemplares de heróicos feitos aos que prezam a honra de servir à Pátria” (BARBOSA, 1916: 586-587).

No entanto, a roda da fortuna deixa de ser uma brincadeira dos deuses, como era no Renascimento, adquirindo uma nova significação nos tempos de Balzac. Segundo Richard Sennet, Balzac “destronou a ideia da roda da fortuna”, “do domínio dos deuses para as minúcias dos negócios cotidianos, do momento em que é secularizada, a ‘fortuna’ em si mesmo se torna uma questão de mudança total: do sucesso absoluto à mais total ruína” (SENNET, 2014: 228). É um termo figurativo para as contradições reais da vida.

Valdeir Araujo explica esta questão de forma bastante convincente. De acordo com o autor, a expressão “mestra da vida” não serve mais como um elemento de organização societária, deixa de ser um conceito e passa a ser utilizada como um recurso estilístico e tradicional. “Isso fica bastante evidente nos textos programáticos do IHGB, nos quais a fórmula é invocada em situações celebrativas e públicas, mas que raramente recebe tratamento sistemático ou maior desenvolvimento” (ARAUJO, 2011: 143).

A PROVIDÊNCIA E O PROGRESSO

O mesmo pode ser assegurado em relação a outros termos do antigo vocabulário, como o caso da ideia de Providência. Manuel de Araújo Porto Alegre em 1846 faz dois discursos onde podemos constatar este fenômeno. Um perante o imperador D. Pedro II, no dia 23 de julho, dia do aniversário da maioridade, e outro no dia 30 do mesmo mês, “pelo fausto motivo do feliz nascimento de uma princesa” (153ª sessão em 27 de agosto de 1846, 1846: 420). Combina a noção de Providência com o sentido de marcha progressiva. “A ventura aclamação de Vossa Majestade Imperial, coroando todas as esperanças da família brasileira abriu-lhe esse desejado futuro que ora goza, e que fará sua única prosperidade” (153ª sessão em 27 de agosto de 1846, 1846: 420). Em seguida, Porto Alegre pede para a Providência não deixar de derramar suas bênçãos sobre os membros da família imperial:

O Instituto, beijando as sagradas mãos de Vossa Majestade com adesão e amor, volve os olhos ao céu, e suplica com todo fervor do coração à divina Providência que não cesse de derramar as suas bênçãos sobre V. M. I., sobre a augusta imperatriz do Brasil, sobre o sereníssimo Senhor D. Affonso, e sobre todos os seus fieis brasileiros (153ª sessão em 27 de agosto de 1846, 1846: 420).

No segundo discurso, Porto-Alegre diz que a Providência protege V. M. I. e o Império do Brasil: “cada príncipe que ela [Providência] nos envia é um núncio de prosperidade, uma coluna do futuro, uma pedra fundamental do monumento começado no Ypiranga” (153ª sessão em 27 de agosto de 1846, 1846: 420). A noção de tempo é aqui apresentada como uma marcha, um movimento em direção à prosperidade que tem seu início na Independência. A Providência é mencionada, mas se dobra ao rumo da História.

Esse fenômeno comprova que o século XIX foi um período de conciliação e não de ruptura entre os elementos tradicionais e modernos. E aqui aprendemos com as reflexões do crítico literário do Oitocentos, Francesco De Santis, ao falar que o romantismo, embora quisesse fundar uma experiência completamente nova, aderiu-se a velhas crenças e manifestações políticas. “O espírito novo recolhe em si os elementos velhos, mas transformando-os, assimilando-os a si, e nessa tarefa transforma também a si mesmo, realiza-se ainda mais” (SANCTIS, 2011: 226).

“A Providência ouviu os votos do Instituto, que são os votos do Brasil”. Em seguida, Porto-Alegre complementa afirmando que o IHGB saúda o imperador em “nome da história” (153ª sessão em 27 de agosto de 1846, 1846: 420). Observa-se como as noções são cuidadosamente combinadas. Como destacou Giorgio Lacerda, a historiografia do início do século XIX procurou “de alguma forma harmonizar as formulações teológico-políticas, principalmente as que se fundamentavam em um discurso providencialista da história, com concepções ilustradas sobre o passado” (LACERDA, 2010: 11). A linguagem providencialista se misturava a concepção de progresso, mesmo após uma nova experiência de tempo fundada nos finais do século XVIII, quando as academias brasílicas (as quais o IHGB se diz herdeiro), de acordo com Lacerda, investiram em um grande arsenal retórico para caracterizar as particularidades da América. Este é um exemplo claro de herança linguística.

Os membros do IHGB, desta maneira, oscilavam, como em um movimento pendular, entre dois regimes de historicidade. A

história era vista como mestra da vida, ou impulsionada pelos caprichos da Providência, quando se tratava de situações cerimoniais. Não era necessário se submeter aos métodos da disciplina, mas, sem dúvida, era inexoravelmente imprescindível se curvar aos preceitos da retórica. A estética receptiva, já habituada a compreender as ideias dentro de um modelo peculiar, fez com que o antigo regime de historicidade¹ permanecesse no discurso, acomodando os novos conceitos às maneiras antigas de anunciá-las. Mas, por outro lado, o regime moderno de historicidade, pautado no progresso, era evocado quando se diligenciava infligir um caráter científico ao discurso, e quando se queria atribuir aos membros do Instituto à implacável tarefa de desvendar a originalidade e a essência da nação brasileira.

Em outra situação, Porto Alegre mostra porque eram importantes os estudos sobre a história natural: “porque Deus me fez nascer neste paraíso, e porque desejo vê-lo estudado e inventariado por Brasileiros, para que não sejamos caluniados por especuladores e mediocridades” (PORTO-ALEGRE, 1854: 57). É a relação entre Deus e ciência.

Isso irá perpetuar-se-á no decorrer dos anos. Em 1853, em seu relatório anual, Joaquim Manoel de Macedo, salientava que o mundo civilizado “admira o patriótico empenho com que o monarca americano procura animar e desenvolver as letras do Império, cujos destinos lhe foram confinados pela Providência” (MACEDO, 1853: 579). O futuro próspero estava, portanto, garantido, até porque “não foi debalde que a Providência colocou nossa bela pátria no meio de tão assombrosas magnificências, e que abriu no seu fecundíssimo solo tantos e tão inexauríveis mananciais de riqueza” (MACEDO, 1853: 599).

No entanto, nos casos que observamos, a noção providencialista está sempre vinculada a uma situação emotiva: nascimento, aniversários, necrológios, ou cerimônias, como destacou Valdeci Araújo. Sendo assim, é possível concluir que,

¹ O regime de historicidade constitui uma ferramenta imprescindível para “melhor ver o próximo”. Está ligado à ordem do tempo, na qual, de acordo com as categorias de passado, presente ou futuro, a noção temporal varia. Deste modo, “de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de história são possíveis e outros não”. Sendo assim, o conceito desenvolvido por François Hartog tem a pretensão de compreender como as pessoas pensavam o tempo em seus respectivos presentes. Sendo um instrumento, o regime de historicidade não é uma realidade dada, sendo, portanto, algo construído pelo historiador para desenvolver a sua análise (HARTOG, 2013: 39).

nestas situações, os antigos termos, muito mais carregados de magia e sentimentalidade, poderiam surtir um efeito passional maior. Seria muito mais impactante falar que Deus havia ceifado a vida de um membro do que dizer apenas que este havia morrido de uma doença qualquer. Enfim, qual seria a melhor receita para se fazer um herói?

Em outros casos, a Providência como gestora de um destino era relacionada à ciência de forma quase que poética; o que mostra a influência retórico-poética herdada dos tempos coloniais. O segundo secretário, o Dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras, é quem lê o relatório dos trabalhos anuais de 1860 na cerimônia de aniversário do IHGB. Narra a história do Brasil por uma perspectiva providencialista. Começa mencionando que é “sempre o dedo providencial que prende os fatos da humanidade e as criações da natureza a uma rigorosa dedução de princípios e de consequências” (FILGUEIRAS, 1973: 658). É desse mistério que surgem as alianças: que motivam a ruína e a prosperidade; que se promove a aparição de um déspota ou de um nome tutelar; que derrama sangue ou ciência... “As crenças e o estudo que me trouxeram estas convicções mostram-se na história do Brasil repetidos exemplos desta verdade” (FILGUEIRAS, 1973: 658). Isto é, a confirmação da ação da Providência é possível através das pesquisas sobre a história do Brasil lideradas pelo IHGB.

Filgueiras complementa asseverando que “a Providência pela mão de ousados argonautas” impulsionou Cabral a chegar nestas terras, já que este “pedaço de terra [...] desempenhava um importantíssimo papel nos desígnios da Providência [...] forçava o homem do século XV a devassar os segredos do oceano Atlântico, e a encontrar nele a força divina que deveria arrojá-lo às plagas do novo mundo”. Cabral foi um dos “inocentes instrumentos desses divinos planos” (FILGUEIRAS, 1973: 659-660). Salienta que o espírito mercantil teve influência divina: “a Providência o encarrega [o espírito mercantil] de fazer brotar a fonte da futura nação”. Depois conclui: “com a independência [...] sem terríveis abalos, sem sangue e sem horrores [...] é tão clara e eficaz a intervenção da Providência” (FILGUEIRAS, 1973: 661). Caetano vai juntando provas para mostrar que o Brasil foi uma criação histórica guiada pela força divina. Depois de comprovada essa questão, faria parte da missão dos membros do Instituto continuar os desígnios da Providência, estabelecendo a paz e a unidade.

Mas, não há como negar que seria pela ciência que se descobriria e se confirmaria aquilo que a Providência planejou. Esta

é a relação entre ciência e religião latente nos membros do IHGB e que Filgueiras não deixava escapar:

No dia em que a ciência demonstrou que o Brasil tinha por cima de sua cabeça o sol dos equinócios, a seus pés um oceano, nos seus braços rios gigantescos, no seu dorso alcantiladas cordilheiras, e no seu regaço inesgotáveis tesouros de riqueza mineral e vegetal, proclamou ao mesmo tempo que a civilização pacífica que desde o começo dos séculos caminha do oriente para o ocidente encontrara o empório das letras e das artes... (FILGUEIRAS, 1973: 661)

“Todas estas condições que profetizam o porvir deste país confirmam de maneira solene o destino que lhe fora traçado” (FILGUEIRAS, 1973: 661). A Providência traçou o destino, a ciência, promovida pelos letrados do Instituto Histórico, o confirmou. É o ecletismo português adentrando o século XIX.

Contudo, Porto Alegre, por sua vez, usava o Evangelho como estratégia retórica para descrever o advento da Independência do Brasil:

O Evangelho estendeu as suas asas seráficas por sobre a terra, fez do homem um novo ser, deu-lhe uma nova existência, e preparou-o para uma vida dupla; assim como o Evangelho da pátria, proclamado no Ipiranga, nos regenera para uma nova existência social, e esboroa por sua pressão divina esses vestígios de uma geração que alimentou-se com o leite da escravidão, e que vive no meio da liberdade como o Fausto de Goethe no meio dos fatos da ciência humana (PORTO-ALEGRE, 1973: 60-61).

Assim como o Evangelho mudou o homem, a Independência mudou os habitantes que viviam em escravidão deste lado do Atlântico. Assim como o Evangelho deu liberdade aos homens, a Independência deu liberdade aos brasileiros. O mesmo estilo lógico do barroco, que compara a realidade imediata com os símbolos do cristianismo, é utilizado para descrever uma nova situação política. Para Heinz-Gerhard Haupt o entrelaçamento entre religião e nação ocorre por osmose pelo fato de ambos compartilharem traços comuns: “mitos de origem, santos e mártires, objetos, lugares e cerimônias santas, um sentido do sacrifício e das funções de legitimação e mobilização” (HAUPT, 2008: 79). Mas é certo que esta relação é promovida pela retórica que adapta, convenientemente, a tradição ao novo regime temporal marcado pelo conceito de progresso.

O IHGB E A IGREJA DA CIÊNCIA

A retórica desenvolvida pelos sócios do Instituto Histórico, que tinha como meta a tarefa de eternizar os atos da pátria, era empregada de forma consistente pelos oradores da Casa. Ou seja, todos falavam uma mesma linguagem, compartilhavam a mesma visão de mundo, e, sem exceções marcantes, apoiavam-se nos mesmos recursos retóricos para legitimar essa ideia. Podemos vê-la se manifestar nas palavras do sócio efetivo, o Sr. Dr. João Antônio de Miranda, na qualidade de orador de uma deputação enviada ao Imperador nas comemorações do Juramento da Constituição do Império em 1844:

Senhor – O aniversário solene de uma grande época, que prende as mais gratas e gloriosas recordações ao futuro, mais rico de esperançosos e brilhantes acontecimentos, nunca volverá indiferente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Miranda continua afirmando que se tratava de uma data “verdadeiramente nacional” e que “será, como todas as épocas memoráveis de nossa vida política, um dia de glória para a causa da Pátria, sempre grato, lisonjeiro, e venerando ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (122^a Sessão em 27 de Abril de 1844, 1844: 258-259). Observa-se que o Instituto projetava sua imagem e participação nas datas chaves da política nacional para evidenciar o seu lugar ao lado da causa da Pátria, isto é, da monarquia constitucional (FAGUNDES, 2015).

O IHGB se debruçava sobre a missão de articular o passado e o futuro com o projeto monárquico no qual os seus integrantes estavam engajados. Isso era possível devido ao axioma da época que concebia o conhecimento histórico como algo útil para o progresso. O legado intelectual da associação carioca abria os olhos dos homens vindouros que, por sua vez, enxergariam o reinado de D. Pedro II como um lugar repleto de glória, que não poupou esforços para elevar o nome da pátria. Sendo assim, a eternidade deixava de ser física, isto é, concentrada em um indivíduo que ressuscitaria e viveria até o fim dos tempos, como acreditava o padre Antonio Vieira em relação a D. João IV, passando a ser memorável, sendo os feitos do governo de D. Pedro II eternizados pelas páginas de ouro da História.

A História, assim, tinha a missão de identificar os degraus da escalada rumo ao progresso e eternizá-los: “A história, agradecida a

tão augusta proteção, empenhará sua pena em eternizar em páginas indelévels o nome e os feitos do monarca que a honra na terra de Santa Cruz” (BARBOSA, 1908: 213). Essa passagem de Januário da Cunha Barbosa, pronunciada em 1839 será repetida exatamente igual no relatório do Dr. Carlos Honório de Figueiredo em 1876 (FIGUEIREDO, 1876: 475).

O “Instituto desempenhará o seu nobre e glorioso fim” (45ª Sessão em 17 de Agosto de 1840, 1916: 421), palavras de Aureliano de Sousa Coutinho, no dia 4 de Agosto de 1840 cumprimentando o Imperador por sua ascensão. O fim é nobre, glorioso, o que exaltava a força da causa, lhe dando brilho e cor. Daí se afirmava: o “benévolo patrocínio será um feito ilustre que a história consignará em suas páginas para eternizar o nome do primeiro monarca que veio a luz no novo mundo” (45ª Sessão em 17 de Agosto de 1840, 1916: 421). A História assumiu o lugar das crenças mágicas que eternizavam os seres no período pré-moderno.

O que fica claro, no parágrafo anterior, é que não só os homens daquela época viam o monarca como o grande governante, mas também e, invariavelmente, os brasileiros do futuro. Será conhecimento de todos o empenho do Imperador às letras, à cultura e à sabedoria; as biografias de D. Pedro II até os nossos dias dão força a essa visão. Todos aqueles que estavam ao redor do monarca dos trópicos e que acreditavam na política centralizadora como salvadora da nação, compactuavam para a vigência desse projeto de exaltação da imagem do soberano. É aqui, pois, que os argumentos dos membros do IHGB entram em cena.

Essa incumbência do Instituto de construir uma boa imagem para a posteridade, não se resumia apenas ao imperador, mas se estendia também à própria associação. Como lembrou o visconde de São Leopoldo, o IHGB legará “à posteridade depósito inestimável de preciosidades literárias...” (LEOPOLDO, 1908: 211). É nos arquivos do IHGB, graças à perseverança, “caminhando em senda crespa de espinhos”, que se encontrariam os “documentos preciosos, que formam abundante prontuários a futuros historiadores” (VIANNA, 1885: 2), conclui, por seu turno, Cândido José de Araújo Vianna. Isto é, para se saber sobre a civilização brasileira, seria preciso estar no IHGB. Esta se tornaria uma das principais premissas para a existência da nação: sem a “Casa da Memória Nacional” o conhecimento sobre a pátria não seria possível.

No discurso de abertura de 1854, já agraciado com o título de visconde de Sapucaí, Araújo Vianna destacou o intuito do IHGB em

mostrar a marcha da nação e de legar à posteridade o conhecimento capaz de identificá-la:

... no intuito de acompanhar a marcha da nossa gloriosa independência com monumentos históricos e geográficos, que firmem no conhecimento da posteridade a glória e o mérito de nossas ações, desmentindo à face do mundo as inexatas notícias, que escritores levianos, ou de qualquer sorte interessados, tem feito propalar com notável detrimento do nosso verdadeiro caráter nacional (VIANNA, 1854: 611).

Um discurso persuasivo deve ter sempre como alvo algo para denegrir, impulsionando, assim, a ideia defendida pelo orador. Aviltando os discursos que não faziam parte do seu ciclo composto por figuras vinculadas ao projeto monárquico centralizador, o IHGB emparelha-se ao progresso da nação, porque acompanha a marcha gloriosa e tem como meta combater as “inexatas notícias” e os “escritores levianos”.

No relatório de Joaquim Manoel de Macedo de 1853, o *topos* de um futuro próspero também é uma das bases do argumento que ufana o IHGB naquele cenário. A missão do Instituto era a de “preparar os elementos da história de um povo” que visa um futuro próspero: “já com os olhos em um futuro não muito afastado, contempla a posição grandiosa a que deve subir, e de onde se fará objeto de assombro da humanidade” (MACEDO, 1853: 597). O IHGB acelera o tempo, pois adianta a prosperidade. Aparece aqui a expectativa ligada a um futuro próximo, a uma prosperidade imediata, pois os elementos que a propiciariam já estavam ali, devido à existência do Instituto e da monarquia, que por sua vez, passavam por um período de grande otimismo por conta da finalmente alcançada hegemonia imperial com o fim dos conflitos internos.

A comprovação de um porvir auspicioso é feita por uma lógica da própria história, no melhor estilo hegeliano, em que as civilizações prosperam e decaem. A vez do Brasil chegaria:

Não nos ilude o patriotismo, não; o futuro é nosso: o velho mundo tem de ceder o espectro da majestade ao novo: a filha de Colombo levantar-se-a acima da Ásia, que dorme no leito da Antiga Babilônia, da África, que ainda se não levantou do meio das cinzas de Catargo; da Europa, que já uma vez viu a sua grandeza ir se afogar-se no Bósforo, e que de novo alentada toca hoje o meio dia da sua prosperidade para depois ir caindo no ocidente da decadência (MACEDO, 1853: 597-598).

Em seguida, Macedo conclui: “A história de todas as nações é assim; cada uma tem a sua vez; há de em breve chegar também a nossa” (MACEDO, 1853: 598). Joaquim Manoel não deixa de estilizar o seu discurso mostrando a importância da Providência: “O dedo providencial do Senhor, firme e inabalável como seus decretos, designa o berço, a marcha e o túmulo dos Impérios” (MACEDO, 1853: 598). A mistura de noções tradicionais e modernas aparece novamente.

É necessário reafirmar a ideia de que o próprio Instituto avançava à medida que a nação progredia, isto é, há uma relação progressiva entre um e outro, tendo como grande gestor e protetor o imperador D. Pedro II, já que a associação devia a ele a “vida e o progresso”. Ao enunciar sobre os trabalhos que serão mostrados pelo secretário, o visconde de Sapucaí prolatava em seu discurso de 1855: “Vereis que, longe de retrogradarmos, avançamos com prudente passo na vereda dos melhoramentos” (SAPUCAÍ, 1896: 479).

Assim como um adulto, que espantou os monstros que o atormentavam na infância, o Império na década de 1850 parecia estar maduro com a supressão das ameaças internas. A monarquia estava livre dos conflitos que a afligia. A prosperidade parecia verdadeira e a previsão de Januário da Cunha Barbosa sobre este progresso se confirmou:

As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e quando os que se reúnem em tão nobre associação aparecem possuídos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconizar um honroso sucesso à fundação do nosso Instituto Histórico e Geográfico (SAPUCAÍ, 1930: 457).

Com o patriotismo ardente nos corações dos sócios, o progresso seria inevitável. A primeira coisa que se deveria ter para que uma instituição como o IHGB avançasse era, sem dúvida, o sentimento patriota. E arrancar os “nomes e feitos” “do esquecimento em que jaziam sepultados” “é sem dúvida bem merecer da pátria” (SAPUCAÍ, 1930: 457). Por conseguinte, o visconde de Sapucaí concluía: “Quem toma sobre seus ombros tão árdua empresa é digno de louvor, e credor do reconhecimento da nação” (SAPUCAÍ, 1930: 456). Sendo assim, a imagem de profeta fora substituída por uma personalidade patriótica, “criada por atos de

fantasia, e mantida unicamente por meio deles”.² Dessa personalidade, desse novo *ethos* profano que se sacralizava pelo uso das palavras que eram atribuídas aos elementos religiosos, emergiam os argumentos convincentes.

Oliveira Coutinho, ainda em 1840, em meio às comemorações da Maioridade do imperador, deixava claro que a missão do IHGB era a de buscar na história as premissas que dariam brilho e imortalidade aos ilustres e comprovaria a existência deles na marcha dos brasileiros rumo ao aperfeiçoamento da civilização. Falando perante o Imperador, sustenta tal questão:

Senhor! É da História principalmente que se ocupa este nosso Instituto: seu nobre fim é tirar do pó do esquecimento tantos feitos ilustres de distintos Brasileiros, que tem merecido a imortalidade: é coligir para um dia servir a História do Brasil, uma infinidade de memórias e documentos preciosos, que se acham dispersos e pouco apreciados (COUTINHO, 1916: 581).

A História daria a imortalidade aos “distintos Brasileiros”, o que podia ser lido como: o IHGB daria imortalidade aos “distintos Brasileiros”. A ideia de “nobre fim” dava um charme ao propósito da associação, assim como o verbo “servir” atribuía a associação uma utilidade prática. Palavras escolhidas adequadamente para desencadear um certo efeito no ouvinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o antigo poder atemporal que pertencia antes a Deus estava, no Oitocentos, sob o domínio do Instituto Histórico. Era o IHGB que imortalizaria os seres dignos a vida eterna. Mesmo que o sentido não fosse exatamente o mesmo de outrora, as palavras usadas para descrever esse processo eram as mesmas. E era exatamente isso que fez com que essa nova forma de eternizar não parecesse estranha ao ouvinte.

Da mesma forma aconteceu com a introdução da ciência. Os indivíduos deviam se reconhecerem como parte de uma comunidade não mais por motivos religiosos, mas profanos. Contudo esse sentido moderno de pertencimento precisou se apoiar no antigo vocabulário para assim dar um novo sentido à vida em sociedade. O patriotismo foi dessa forma o sentimento inventado

² Para Richard Sennet, o século XIX fundou uma cultura da personalidade que modificou a relação entre o público e o privado fomentando, assim, o que o autor irá denominar de “sociedade intimista” (SENNET, 2014: 324).

pelo homem que recebeu atributos sagrados capazes de torná-lo atrativo, convincente, e não uma mera ideia moderna estranha à tradição religiosa, pela qual as pessoas se reúnem e se reconheciam como irmãos.

Os velhos conceitos foram agenciados no discurso dos membros do Instituto Histórico com o intuito de disseminar os novos conceitos trazidos pela modernidade. Nação, progresso e ciência eram descritos ao lado de termos comuns na estética receptiva, como Providência, profecia e imortalidade de modo a fazer do discurso usado para forjar uma identidade nacional, uma tradição inventada, capaz de conduzir as mudanças de forma amena e passiva e servindo de meio de legitimação do Estado perante a uma sociedade que se construía sobre bases tradicionais, isto é, sobre a escravidão e o latifúndio.

FONTES

45ª Sessão em 17 de Agosto de 1840. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 ed, Tomo II, 1916. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2011.

122ª Sessão em 27 de Abril de 1844. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo Sexto, Kraus Reprint, 1973. (1844) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1844t0006c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

153ª sessão em 27 de agosto de 1846. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 3, 1846. p. 420. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1846t0008c.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2015.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do 1º secretário. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed, Tomo I, Imprensa Nacional, 1908. (1839). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do secretário perpétuo. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, pp, 582-603, 1916. (1840) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2011.

BELLEGARDE, Pedro de Alcantara. "Elogio histórico do falecido sócio honorário o conselheiro Balthazar da Silva Lisboa". In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. Discurso de abertura. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

FIGUEIREDO, Carlos Honório. Relatório. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXXIX, Garnier, 1876. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1876t00392c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

FILGUEIRAS, Caetano Alves de Sousa. Relatório do 2º secretário. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, vol. 23, Krauss Reprint, 1973 (1860). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1860t0023c.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2015

LEOPOLDO, Visconde de São. Discurso de abertura. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed, Tomo I, Imprensa Nacional, 1908. (1839). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do 1º secretário. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, vol. 17, Krauss Reprint, 1973. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1854t00017c.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2011

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do 1º secretário. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, vol. XVI, Laemmert, 1853. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1853t00016c.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2011

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XVII, vol 17, Tipografia Universal de Laemmert & C. pp. 51-86, 1854. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1854t0017c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Relatório do 1º secretário. In: **R.IHGB**. Rio de Janeiro, vol. 20, Tomo, XX, Kraus Reprint, pp. 38-63, 1973. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1857t0020c.pdf>. Acesso em: 26 de out de 2017.

SAPUCAÍ, Visconde de. Discurso de abertura. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo V, Imprensa Nacional, 1896. (1855) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2015.

SERQUEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio Histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano social. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, 1841. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

SOUZA, Joaquim Norberto da Silva e. Discurso de abertura. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XLIX, vol 2, Laemmert, 1886. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1886t00492c.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

ROQUETE. Epítome da vida do Padre Antonio Vieira. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo Sexto, Kraus Reprint, 229-252, 1973. (1844) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1844t0006c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso de abertura. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed., Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C. pp. 01-03, 1885. (1843). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso de abertura. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XVII, vol 17, Tipografia Universal de Laemmert & C. 1854. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1854t0017c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso do Presidente. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2 ed., vol 17, 4ª da terceira série, Krauss Reprint, 1973. (1854) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1854t0017c.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2011.

VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso do Presidente. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XIX, Imprensa Nacional, 1898. p. 106. (1856) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1856t0019c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2015.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, V. L. “Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro”. ARAUJO, Valdei L.; MOLLO, Helena M.; NICOLAZZI, Fernando. (orgs.). **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão.. Rio de Janeiro: FGV, pp. 131-147, 2011.

DOMINGUES, Beatriz Helena. “O medieval e o moderno no mundo ibérico e ibero-americano”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 20, pp. 195-216, 1997.

FAGUNDES, Raphael S. A retórica nas festividades nacionais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto político imperial através dos discursos. **Transverso**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 04, ano 02 abr./set. pp. 27-46, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/18895/13693>. Acesso em: 24 de abr. de 2018.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e

experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HAUPT, Heinz-Gerhard. "Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas". In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v.22. n. 62, jan./abr. pp. 77-94, 2008

HOBSBAWM, Eric. "Introdução: A invenção das tradições". In: _____ e RANGER, Terence. (orgs.) **A Invenção das Tradições**. Trad: Celina Cardim Cavalcante. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848-1868). HOLANDA, Sérgio B. (dir.). **O Brasil monárquico: reações e transações**. V. 3. T. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

JAUSS, Hans Robert. **Pour une esthétique de la réception**. Trad: Claude Maillard. Paris: Gallimard, 1978.

LACERDA, Giorgio. "A providência divina na história: a modernização da linguagem do providencialismo no mundo luso-brasileiro". Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeci Araujo (org.). **Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

PAIM, Antonio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. 2 ed. São Paulo: EDUsp, 1974.

PERELMAN, Chaïm. e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: a nova retórica**. Trad: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUINE, Willard Van Orman. **Palavra e objeto**. Trad: Sofia Inês Albornoz Stein e Desidério Murcho. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANCTIS, Francesco De. "A nova literatura: o romantismo (1871)". SOUSA, Rberto Acízelo de (org.). **Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. Trad: Lygia Araujo Watanabe. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SKINNER, Quentin. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Lisboa: Difel, 2002.

VERNEY, Luis Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar**. Lisboa: Editora Verbo, 1965.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br